



CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

Requerimento nº 67/2026
Helio Pedrosa Castelo Neto

Tauá em 06 de maio de 2026.

Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie à Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), solicitando informações acerca da paralisação, há mais de 4 (quatro) semanas, do sistema de cadastro do Passe Livre Intermunicipal, bem como a previsão de normalização do serviço e as medidas adotadas para minimizar os prejuízos aos usuários.

O vereador signatário, nos termos do que reza o Regimento Interno, Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie à Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), solicitando informações acerca da paralisação, há mais de 4 (quatro) semanas, do sistema de cadastro do Passe Livre Intermunicipal, bem como a previsão de normalização do serviço e as medidas adotadas para minimizar os prejuízos aos usuários.

Plenário da Câmara Municipal de Tauá em 06 de maio de 2026.

HELIO PEDROSA CASTELO NETO
VEREADOR





CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

JUSTIFICATIVA

O Passe Livre Intermunicipal constitui uma política pública essencial, assegurando o direito ao transporte gratuito, especialmente às pessoas com deficiência e demais beneficiários previstos em lei, promovendo inclusão social, dignidade e acesso a serviços básicos.

Entretanto, o sistema de cadastro encontra-se paralisado há mais de 4 (quatro) semanas, situação que tem gerado sérios transtornos à população. A interrupção impede a realização de novos cadastros, renovações e atualizações, deixando inúmeros cidadãos impossibilitados de exercer o direito de ir e vir.

Ressalta-se que muitos usuários dependem diretamente desse benefício para tratamentos de saúde, atividades educacionais e compromissos essenciais, o que torna ainda mais grave a ausência de funcionamento do sistema por período prolongado.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a atuação desta Casa Legislativa no sentido de cobrar esclarecimentos, transparência e providências urgentes por parte dos órgãos responsáveis, especialmente quanto à normalização do serviço e à adoção de medidas que minimizem os prejuízos causados à população.

Assim, a presente solicitação visa garantir respostas claras e soluções efetivas, em respeito aos direitos dos cidadãos.

1

